Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais. A Companhia é controlada pela Companhia Werner S/A e controladora da Administradora de Bens Altona S/A, tendo seu capital aberto há mais de 60 anos e listadas na BM&FBOVESPA sob símbolos de negociação EALT3 e EALT4.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como "repetitivas", quando são feitas em série, constituindo produtos, partes, peças e conjuntos de peças, para as empresas montadoras de equipamentos auto propulsores, ou "sob encomenda", quando são feitas sob medida de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem "repetitivas" ou "sob encomenda", todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional e de clientes.

2. Base de preparação

2.1 Declaração da administração e base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias (Controladora e Consolidado)

A Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado foi preparada conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e que está em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International *Accounting Standards Board ("IASB")*, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 2018 e estão identificadas como "Controladora" e "Consolidado".

A Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado está expressa em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

A preparação da Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas trimestralmente.

A presente Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado da Electro Aço Altona S.A. foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2019.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Base de consolidação

A demonstração anual financeira consolidada compreende as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação 31/12/2018
Administradora de Bens Altona S.A.	Brasil	100%
Altona Europa	Alemanha	100%

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 — Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
- Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- d) Os ajustes decorrentes das reavaliações patrimoniais serão compensados reflexivamente, conforme CPC 18

 Equivalência Patrimonial, quando de novas reavaliações a serem realizadas por uma controlada, eliminando assim nos ganhos com as investidas, os saldos contidos no Patrimônio Líquido da Controlada.

Reconhecimento de prejuízos da empresa controlada atribuível à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A demonstração anual financeira individual e consolidada está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo a variação registrada na demonstração do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis

A demonstração anual financeira foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11, que estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração financeira anual e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações da Controladora e Consolidadas de exercício.

A demonstração anual financeira individual e consolidada têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

A demonstração anual financeira aqui apresentada foi preparada com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (nota 2), bem como contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pela Deliberação CVM nº 673/11, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura das informações financeiras intermediárias elaboradas durante o ano de 2018 em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

Referente às novas normas vigentes neste exercício, apresentamos as principais práticas contábeis adotadas pela companhia nestas demonstrações anuais, no que tange à:

a) CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes:

As Receitas de contratos de clientes que foram elegíveis para fins deste CPC 47 referem-se em sua totalidade a vendas de produtos que contemplam todas as etapas do pós-vendas, tais como descontos atrelados, garantia de performance, fretes atrelados (quando de obrigação da Companhia) e qualquer outra obrigação pós-venda.

Em alguns contratos de clientes existem adiantamentos, porém somente a curto prazo, isso não caracteriza um componente de financiamento significativo em seus contratos, pois os produtos e serviços são pagos após o início do contrato com um ano ou menos. Portanto para estes adiantamentos de curto prazo a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que ele seja significativo.

b) CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 exige que a Companhia faça o registro de suas perdas, de créditos ou débitos (contas a receber/empréstimos) em uma base de 12 meses ou por toda a vida operacional da mesma. A Companhia aplicará esta prática e através de uma abordagem simplificada e fará o registro destas perdas durante toda a sua vida operacional.

Para a avaliação das perdas de liquidação duvidosa de seus clientes a Companhia adotou o mesmo procedimento atualmente utilizado levando em consideração sua área de atuação e a de seus clientes, o histórico de inadimplência de seus clientes, indicadores de crescimento da companhia para os próximos anos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A alteração no procedimento de gerenciamento do risco de credito, não apresentou impactos significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

No que diz respeito aos passivos financeiros não derivativos (empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar), estes são reconhecidos pelo valor justo e pelos custos que forem atribuídos a operação, após isso a amortização se dá através do custo amortizado e pela apropriação dos juros.

Os ativos financeiros derivativos também são reconhecidos pelo valor justo e todos os custos atribuídos a ele, as variações destes derivativos são registradas também pelo valor justo diretamente no resultado.

A Companhia e suas controladas avaliam seus ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização através de revisões (impairment), sempre que há eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável, esta perda é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

c) CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil:

Este CPC estabelece uma nova forma de contabilização dos arrendamentos no balanço patrimonial, onde o arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo arrendado e reconhece no passivo a sua obrigação de pagar esse arrendamento. Já os arrendadores continuam a contabilizar da mesma forma.

Substitui totalmente as normas do arrendamento que hoje são as usuais, CPC 06 e ICPC 03.

A Companhia verificou que não há impacto na adoção da nova norma porque não possui contratos significativos de modalidade de leasing.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Controladora		Conso	lidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Caixa e equivalentes de caixa	1.929	436	1.929	436		
Aplicações financeiras liquidez imediata	-	958		958		
Total	1.929	1.394	1.929	1.394		

Em 31 dezembro de 2017 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Aplicações Financeiras

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018 31/12/2		
Aplicações financeiras – garantias	3.657	-	
Total	3.657		

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia firmou contrato de empréstimo junto ao Banco ABC nº 5328918 no montante de R\$ 8 milhões, destes, R\$ 3,6 milhões estão classificados como aplicação financeira, pois está aguardando o vínculo da garantia real para transferência ao giro, esta liberação deve acontecer por meados de janeiro/19.

A Companhia entende que o valor de mercado de realização destas aplicações não difere significativamente dos saldos já registrados no balanço apresentado.

6. Contas a receber

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Mercado interno	9.906	13.869	
Mercado externo	37.449	23.879	
	47.355	37.748	
(-) Ajuste a valor presente	(379)	(275)	
(-) Provisão para devedores duvidosos	(704)	(744)	
Total	46.272 36.729		

Contas a receber dos clientes do mercado externo em moeda estrangeira:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Valores a receber em milhares de US\$	US\$ 7.695	US\$ 5.413	
Dólar fechamento do exercício	R\$ 3,87	R\$ 3,30	
Total a receber conversão Dólar x Real no exercício	R\$ 29.781	R\$ 17.904	
Valores a receber em milhares de CAD	CAD 1.811	-	
Dólar Canadense fechamento do exercício	R\$ 2,84		
Total a receber conversão Dólar CAD x Real no exercício	R\$ 5.150	-	
Valores a receber em milhares de €	€ 567	€ 1.506	
Euro fechamento do exercício	R\$ 4,44	R\$ 3,97	
Total a receber conversão Euro x Real no exercício	R\$ 2.518	R\$ 5.975	
Total a receber mercado externo no exercício	R\$ 37.449	R\$ 23.879	

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018 31/12/20		
Duplicatas a vencer até 30 dias	18.744	10.709	
Duplicatas a vencer após 30 dias	22.057	16.571	
Duplicatas vencidas até 30 dias	3.180	4.136	
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	3.374	6.332	
Total	47.355	37.748	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018 31/12/201		
Saldo no início do exercício	(744)	(1.344)	
Constituição	-	-	
Recuperações/reversão	40	600	
Saldo no final do exercício	(704)	(744)	

Os produtos da Companhia em sua grande maioria são repetitivos e não geram atrasos maiores de 180 dias no recebimento. Os produtos que geram e compõe a PCLD são processos sob encomenda, que por sua vez tendem a gerar atrasos no recebimento. Neste ano a movimentação da PCLD se manteve inalterada, devido a cobranças que foram ajuizadas anteriormente visto que se esgotaram todas as possibilidades de cobrança. Os novos atrasos estão sendo tratados pelo setor comercial e de qualidade e não se apontou indícios de que não serão recebidos.

7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	5.395	2.554
Produtos em elaboração	25.827	28.364
Matéria prima	2.288	1.947
Materiais auxiliares	3.877	3.234
Outros materiais	4.865	3.534
Mercadorias em consignação	180	113
Provisão para perdas nos estoques	-	(1.200)
Total	42.432	38.546

A provisão para perda de estoques é registrada para operações destinadas ao mercado de óleo e gás onde se estima que os estoques sejam realizados com perda. A movimentação para provisão de perda no estoque segue:

		Controladora e Consolidado		
	31/12/2018 31/12/20			
Saldo no início do exercício	-	(1.200)		
(Constituição) /Reversão	-	1.200		
Saldo no final do exercício				

No fim do exercício de 2017 a Companhia efetuou a baixa provisão para perdas de estoque e, no atual exercício, realiza as movimentações de baixas de obsolescência de seu estoque de produtos acabados mensalmente, não sendo necessária assim a constituição de nova provisão.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil. exceto quando indicado

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
IPI, PIS, COFINS e outros sobre insumo ⁽¹⁾	5.902	8.409
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	1.595 1.0	
Ressarcimento compensação PERT	3.571	
IRPJ/CSLL (2)	12.259	3.611
Total	23.327	13.061
Circulante	12.838	11.654
Não circulante	10.489 1.40	

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

(1) A Companhia possui em andamento no TRF 4 o processo nº 5001790-34.2019.4.04.7205, que trata da exclusão do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS. Desde 2018, o STF considerou inconstitucional a inclusão e concedeu ganho de causa para os contribuintes. A Companhia por sua vez, após referida decisão e com base no parecer jurídico, optou por modular suas apurações mensais já com a referida exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Anterior a decisão, a Companhia aguarda o "transitado em julgado" de seu processo acima mencionado, para reconhecer os efeitos do passado, ou seja, levantamentos dos créditos desde 2001 até 2017. Estes créditos após levantados serão contabilizados como tributos a recuperar em seu Ativo Circulante e compensado com impostos a vencer. A Companhia espera ter seu processo transitado em julgado ainda no ano de 2019.

(2) O STF transitou em julgado o processo nº 5016243-44.2013.4.04.7205 no qual a Companhia discutia a não inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL referente ao regime especial do ICMS enquadrado na tese como Subvenção Governamental. Desde 2018, o STF considerou inconstitucional a inclusão e concedeu a ganho de causa para os contribuintes. A Companhia por sua vez, após referida decisão e com base no parecer jurídico, optou por modular suas apurações mensais já com a referida exclusão na base de cálculo do IR/CS. Adicionalmente, o processo acima mencionado transitou em julgado a favor da Companhia, que por sua vez recalculou e reconheceu seus efeitos no último trimestre de 2018. Os efeitos líquidos totalizaram aproximadamente R\$ 7.200.

9. Investimentos

A composição dos investimentos da Companhia é a seguinte:

		Controla	dora	Consol	idado
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
e)	Investimento em Controladas				
	Adm de Bens Altona S.A	92.033	-	-	-
	Altona Europa	494	-	494	-
f)	Outros investimentos				
	Processo Eletrobrás	1.612	1.299	1.612	1.299
	Consórcios	-	228	-	228
Total		94.139	1.527	2.106	1.527

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

g) Investimento em Controladas

Os investimentos da Companhia avaliados pela equivalência patrimonial são os seguintes:

	Administrad ora de Bens Altona S.A.	Altona Europa	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	92.033	494	92.527	-
Resultado do exercício líquido	-	(566)	-	-
Participação no capital em %	100%	100%	100%	-
Equivalência patrimonial	-	(566)	(566)	-
Investimento pela equivalência patrimonial	92.033	494	92.527	-

Administradora de Bens Altona

Em 28/11/2017, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi constituída a Sociedade Anônima Subsidiaria Integral "Administradora de Bens Altona S/A", com registro efetivo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 22/06/2018. O objetivo único e exclusivo da administradora de bens é o de administração de bens, compra/venda de imóveis próprios.

Após o registro do Ato, a Companhia Controladora, Electro Aço Altona S/A, transferiu a título de composição de capital inicial para a Controlada Administradora de Bens Altona S/A, o valor de R\$ 33.872 de terrenos que não fazem parte do parque fabril da Companhia, com o intuito de segregar a atividade fim da Electro Aço Altona de outros investimentos.

O Capital Social remanescente de R\$ 28 mil composto por valor em conta corrente no Banco do Brasil, foi capitalizado também pela Controladora.

Em dezembro de 2018 a Companhia transferiu o saldo dos terrenos que não compunham o parque fabril da mesma, (R\$ 4.548) que ainda estavam com pendencias e trâmites cartorários. A Companhia também no mês de dezembro reconheceu no seu Patrimônio Líquido o valor de (R\$ 53.585) a título de AAP dos terrenos transferidos para a Administradora de Bens, conforme Laudos de Avaliação efetuados pela empresa Colliers. O saldo totaliza R\$ 92.033 em investimentos na controlada.

Aquisição Escritório - Altona Europa

Em 01 de março de 2018 a Companhia celebrou Acordo de compra referente à aquisição da empresa IBG Industrieberatungsgesellschaft mbH, pelo montante de € 80 mil, a serem quitados em 24 parcelas mensais e consecutivas, registrado como ágio na Companhia. Com esta aquisição, a Companhia espera acessar a clientes de outros segmentos atualmente não explorados pela Companhia. A empresa atuará como escritório de representação comercial da Companhia no Continente Europeu. A denominação será Altona Europa.

h) Outros Investimentos - Processo Eletrobrás

A Companhia é autora em ação ajuizada sobre o nº 99.20.05382-1 contra a Eletrobrás, através da qual vem discutindo a correção monetária aplicada sobre os empréstimos compulsórios pagos pela Companhia, e que não foi respeitada pela Eletrobrás no momento de restituir os valores recolhidos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O processo foi julgado, com decisão transitada em julgado em 23 de janeiro de 2014, determinando que os valores dos empréstimos compulsórios recolhidos pela Companhia no exercício de janeiro de 1987 a janeiro de 1994 fossem corrigidos da forma prevista em lei. Depois de realizar os cálculos, a Companhia ajuizou Execução de Sentença (n° 5014451-55.2013.404.7205) em 18 de novembro de 2013 no valor de R\$ 14.643.

A Eletrobrás reconheceu como devido em março de 2014 apenas o valor de R\$ 4.304, tendo depositado judicialmente o valor de R\$ 3.911, e cedido 57.528 (cinquenta e sete mil quinhentas e vinte e oito) ações preferenciais nominativas da classe B de sua emissão. As 57.528 ações preferenciais nominativas da classe B da Eletrobrás já são de direito da Companhia, e, portanto, foram reconhecidas como um ganho no exercício findo em 31 de março de 2014, líquido da taxa de corretagem. Em 31 de dezembro de 2018 essas 57.528 ações perfazem o montante de R\$ 1.620 (R\$ 1.299 em 31 de dezembro de 2017).

Para a parte depositada em juízo a Companhia pleiteou o levantamento do valor depositado a seu favor, porém, o judiciário não determinou a expedição de alvará do valor depositado judicialmente em favor da Companhia por existir uma demanda de terceiro alegando que o crédito é de sua propriedade e não da Electro Aço Altona S/A. Com relação ao saldo ainda remanescente de R\$ 10.339, a Eletrobrás impugnou o processo e deu ações da CEMAR em garantia à execução. A Companhia somente reconhecerá o ganho relacionado a este processo quando for plenamente assegurado o direito em seu favor e que os ativos disponibilizados sejam realizáveis.

A Companhia mantém provisionada como obrigação a pagar de honorários advocatícios o montante de R\$ 484 em 31 de dezembro 2018, (R\$ 390 em 31 de dezembro de 2017) referentes ao reconhecimento em Investimentos das ações da Eletrobrás. Sob o saldo remanescente, referente à discussão em andamento, a Companhia possui honorários advocatícios pendentes, os quais serão devidos no momento do encerramento da causa, caso o desfecho seja favorável a Companhia.

Electro Aço Altona S/ANotas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Movimentação dos ativos imobilizados 2018:

CONTROLADORA	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo:				•					
Em 31 dezembro 2017	61.692	62.440	168.894	17.788	5.661	3.527	469	3.196	323.667
Adições	700	782	4.250	1.130	468	11.140	888	251	19.609
Transferências	-	542	2.569	(134)	-	(2.977)	-	-	-
Baixas	(38.420)	-	(781)	(62)	(5)	-	-	(35)	(39.303)
Em 31 dezembro 2018	23.972	63.764	174.932	18.722	6.124	11.690	1.357	3.412	303.973
Depreciação Em 31 dezembro 2017 Depreciação Transferências Baixas Em 31 dezembro 2018 Valor líquido	- - - -	(32.380) (2.001) - - (34.381)	(114.408) (6.560) - 350 (120.618)	(15.109) (538) 146 (15.501)	(4.601) (222) - 4 (4.819)	- - - -	(20) (90) - - (110)	(2.595) (247) - 31 (2.811)	(169.113) (9.658) - 531 (178.240)
Em 31 dezembro 2017	61.692	30.060	54.486	2.679	1.060	3.527	449	601	154.554
Em 31 dezembro 2018	23.972	29.383	54.314	3.221	1.305	11.690	1.247	601	125.733

^{*} A baixa de terrenos decorre da transferência para constituição da Controlada Administradora de Bens Altona S/A, conforme discorrido na NE 9.

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo:				j					
Em 31 dezembro 2017	61.692	62.440	168.894	17.788	5.661	3.527	469	3.196	323.667
Adições	700	782	4.250	1.130	468	11.140	888	251	19.609
Transferências	-	542	2.569	(134)	-	(2.977)	-	-	-
Baixas	-	-	(781)	(62)	(5)	-	-	(35)	(883)
AAP Administradora	53.613	-	-	-	-	-	-	-	53.613
Em 31 dezembro 2018	116.005	63.764	174.932	18.722	6.124	11.690	1.357	3.412	396.006
<u>Depreciação</u>									
Em 31 dezembro 2017	-	(32.380)	(114.408)	(15.109)	(4.601)	-	(20)	(2.595)	(169.113)
Depreciação	-	(2.001)	(6.560)	(538)	(222)	-	(90)	(247)	(9.658)
Transferências	-	-	-		-	-	-	-	-
Baixas	-	-	350	146	4	-	-	31	531
Em 31 dezembro 2018	-	(34.381)	(120.618)	(15.501)	(4.819)	-	(110)	(2.811)	(178.240)
<u>Valor líquido</u>									
Em 31 dezembro 2017	61.692	30.060	54.486	2.679	1.060	3.527	449	601	154.554
Em 31 dezembro 2018	116.005	29.383	54.314	3.221	1.305	11.690	1.247	601	217.766

Encontram-se em garantias bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 57 milhões (R\$ 57 milhões em 31 de dezembro de 2017) referente ao Refis. Com a Adesão ao PERT o saldo do passivo tributário é menor, por consequência as garantias/arrolamentos de bens tende a ser menores também. Sendo assim a Companhia já solicitou uma revisão e/ou a liberação dos gravames em vários imóveis que estão garantindo o parcelamento anterior, REFIS. Estando no aguardo da liberação/baixa por parte da RFB.

Em 28/11/2017, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi constituída a Sociedade Anônima Subsidiaria Integral "Administradora de Bens Altona S/A", com registro efetivo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 22/06/2018. Após o registro do Ato, a Companhia Controladora, Electro Aço Altona S/A, transferiu para a Controlada Administradora de Bens Altona S/A, de seu imobilizado, o valor de R\$ 33.872 da conta Terrenos para Investimento, terrenos estes que não são parte do Parque Fabril da Companhia. Em dezembro de 2018, após AGE da Controlada (Administradora de Bens Altona) a companhia efetuou a transferência do saldo dos terrenos que não compõem o parque fabril no valor de (R\$ 4.548), porém a alteração do Estatuto da Administradora de Bens ainda está em andamento, a previsão é que esteja registrado ainda no primeiro trimestre de 2019.

Electro Aço Altona S/A Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos imobilizados 2017:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo:									
Em 31 dezembro 2016	64.075	65.079	162.191	19.026	5.528	602	-	3.111	319.612
Adições	13	758	5.480	432	152	3.242	469	103	10.649
Transferências	-	35	1.824	(1.542)	-	(317)	-	-	-
Baixas	(2.396)	(3.432)	(601)	(128)	(19)	-	-	(18)	(6.594)
Em 31 dezembro 2017	61.692	62.440	168.894	17.788	5.661	3.527	469	3.196	323.667
Depreciação									
Em 31 dezembro 2016	-	(30.424)	(106.783)	(16.302)	(4.387)	-	-	(2.355)	(160.251)
Depreciação	-	(1.956)	(6.318)	(547)	(230)	-	(20)	(257)	(9.328)
Transferências	-	-	(1.632)	1.632	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	325	108	16	-	-	17	466
Em 31 dezembro 2017	-	(32.380)	(114.408)	(15.109)	(4.601)	-	(20)	(2.595)	(169.113)
Valor líquido									
Em 31 dezembro 2016	64.075	34.655	55.408	2.724	1.141	602	-	756	159.361
Em 31 dezembro 2017	61.692	30.060	54.486	2.679	1.060	3.527	449	601	154.554

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Movimentação do ativo intangível 2018:

	Controladora
	Softwares
Custo:	
Em 31 dezembro 2017	4.357
Adições	468
Transferências	-
Baixas	(215)
Em 31 dezembro 2018	4.610
<u>Amortização</u>	
Em 31 dezembro 2017	(3.883)
Amortização	(272)
Transferências	-
Baixas	215
Em 31 dezembro 2018	(3.940)
Valor líquido	
Em 31 dezembro 2017	474
Em 31 dezembro 2018	670

Movimentação do ativo intangível 2017:

Softwares 4.266
4 266
4 266
11200
91
-
-
4.357
(3.642)
(241)
-
-
(3.883)
624
474

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Financiamentos e empréstimos

		Controladora e	Consolidado
Modalidade	Encargos	31/12/2018	31/12/2017
ACC	U\$ +4,8% a 7,05% a.a.	33.049	19.732
ACE	U\$ +6,9% a 7,15% a.a.	1.601	-
Capital giro nacional (Exim)	0,5% a 0,9% a.m.	-	13.133
Capital de giro nacional	0,96% a 1,07% a.m.	13.033	-
Capital giro estrangeiro	U\$ + 0,5 a 0,8% a.m.	5.091	6.924
Capital giro/desconto	1,7% a.m.	2.165	9.302
Finame/BNDES	5,6% a.a.	24	437
Cartas consórcio	0,8 a 0,89% a.m.	815	174
Leasing	13,5% a.a.	176	156
Circulante		55.954	49.858
Capital giro nacional (Exim)	0,5% a 0,9% a.m.	-	3.203
Capital de giro nacional	0,96% a 1,07% a.m.	22.877	-
Capital giro estrangeiro	U\$ + 0,5 a 0,8% a.m.	-	788
Finame/BNDES	5,6% a.a.	-	29
Cartas consórcio	0,8 a 0,89% a.m.	2.475	338
Leasing	13,5% a.a.	902	234
Não Circulante		26.254	4.592
Total		82.208	54.450
Moeda nacional		42.467	27.006
Circulante		16.213	23.203
Não circulante		26.254	3.803
Moeda estrangeira		39.741	27.444
Circulante		39.741	26.655
Não circulante		-	789
Total		82.208	54.450

Vencimento dos empréstimos conforme cláusulas contratuais:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2018
Próximos 12 meses	55.954
de 13 a 24 meses	19.108
de 25 a 36 meses	7.146
Total	82.208

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Projeção de liquidação dos empréstimos conforme previsão do fluxo de caixa:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2018
2019	55.954
2020	18.159
2021	5.785
2022	1.645
2023	604
2024	61
Total	82.208

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Controladora) e da empresa Bellevue conforme nota 18.a e penhora de máquinas e equipamentos, conforme nota 09. Adicionalmente, estes empréstimos não têm cláusulas financeiras restritivas (*covenants financeiros*).

13. Provisão para litígios e demandas judiciais

a) Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2018 Adições Baixas 31/							
Trabalhistas	1.710	2.077	(2.051)	1.684				
Tributárias	2.304	378	-	1.926				
Total	4.014	2.455	(2.051)	3.610				

Trabalhistas: A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.710 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.684 em 31 de dezembro de 2017) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 463, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

Tributárias: A provisão é formada principalmente por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas do SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 31 de dezembro de 2018, para esta causa atualizado com juros, totaliza R\$ 1.947 (R\$ 1.517 em 31 de dezembro 2017). O saldo remanescente, no valor de R\$ 357, refere-se à diversas causas não relevantes individualmente.

b) <u>Depósitos judiciais</u>

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

		Control	adora e Consol	idado	
	31/12/2018	Adições	Atualizações	Baixas	31/12/2017
Depósitos trabalhistas	2.964	717	-	(147)	2.394

Do saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 2.964, o montante de R\$ 2.453 (R\$ 2.031 em 31 de dezembro de 2017) corresponde a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente ao SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia, o saldo remanescente de R\$ 511 (R\$ 363 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a alvarás de depósitos trabalhistas que estão sendo discutidos.

c) Contingências ativas – Processo Celesc 0016440-92.2009.8.24.0008

Em 10 de setembro de 2018 a Companhia obteve êxito em primeira instância do processo acima mencionado no qual o réu é a Celesc, onde a Electro Aço Altona busca ressarcir o valor indevidamente cobrado pela concessionária de energia enquanto a Companhia já era cliente de energia do mercado livre. O valor pleiteado, é de R\$2.207 e será acrescido de INPC e juros de 1% ao mês. Além disto a sentença orienta que a Companhia poderá reivindicar o dobro, ou seja, depois de corrigido o principal, o despacho original orienta que a Companhia poderá requerer mais uma vez "dobro", e/ou a título de indenização.

Por se tratar de uma ação ativa a Electro Aço Altona em atendimento aos dispositivos contábeis do CPC e aos princípios contábeis não fez qualquer registro em seu balanço de tais créditos. Quando obtiver o transitado em julgado em última instância fará as atualizações necessárias, procederá o registro e fará as divulgações pertinentes ao mercado.

14. Fornecedores

A Companhia apresenta apenas fornecedores do mercado interno, sendo que as importações em andamento são demonstradas na conta de Estoques.

	Control Conso	
	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	15.502	13.748
(-) Ajuste a valor presente	(90)	(55)
Total	15.412	13.693

15. Programa de recuperação fiscal – PERT

Conforme divulgado ao mercado em 20 de novembro de 2017 através de fato relevante, a Companhia migrou do REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, criado pela Lei Federal nº 13.496/2017 pelo fato deste novo programa de parcelamento do Governo proporcionar melhores benefícios aos seus optantes.

Está modalidade garantiu a Companhia redução de juros em 80%, multas na ordem de 50% e encargos legais reduzidos em sua totalidade. A amortização da dívida remanescente do PERT está ocorrendo através de quitação inicial de adesão no montante de R\$ 14.950, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 parcelas mensais atualizados pela SELIC + 1% (sobre a parcela).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os débitos migrados do REFIS para o PERT são da esfera da Receita Federal do Brasil – RFB (IPI, PIS/Cofins e INSS) e débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (IPI, INSS, IRPJ e PIS).

O passivo relativo ao PERT encontra-se abaixo destacado:

		Controladora e Consolidado					
	31/12/2018	Amortizações	Compensação	Atualizações	31/12/2017		
PERT	22.189	(2.422)	(2.008)	89	26.530		
Circulante Não circulante	1.969 20.220				5.753 20.777		

No exercício, houve ainda o reajuste de saldos do Curto Prazo para o Longo Prazo referente ao pagamento à vista do valor da dívida com a RFB que ainda está em consolidação, desta forma a Companhia entende que não há previsão para realização do mesmo.

No dia 31/08/2018 a RFB consolidou a parte dos débitos previdenciários (INSS) incluídos no PERT. No momento da adesão em novembro de 2017 a Companhia optou pela modalidade de pagamento em 5 parcelas sucessivas no total de R\$ 589 pagos em 2018. O saldo da dívida foi compensação com tributos federais. A Companhia está aguardado a homologação da Compensação do saldo, no montante de R\$ 3.571. Esta compensação será com impostos administrados pela RFB que fazem parte do saldo de impostos a recuperar, nota 8.

No dia 13/12/2018 a RFB consolidou o saldo do PERT de impostos não-previdenciários (Pis/Cofins/IPI) no valor de R\$ 2.302. Na adesão houve um pagamento de R\$ 294. O saldo de R\$ 2.008 foi compensado através de PERDCOMP (saldo credor Pis e Cofins) conforme previsto na legislação.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017		
Salários e Ordenados	2.383	1.898		
Gratificações – PPR	1.337	790		
Honorários	228	193		
Encargos/provisões	8.598	5.941		
Total	12.546 8.822			

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia foi estabelecido conforme o atingimento de metas pré-estabelecidas das receitas brutas dos trimestres, sendo ainda proposto uma bonificação no valor final a receber decorrente da maior lucratividade auferida no exercício.

17. Imposto de renda e contribuições social

a) Impostos diferidos:

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de regis — R\$ milhaveste quando indice

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Crédito tributário ativo			
Diferenças temporárias	5.236	5.168	
Prejuízo fiscal e base negativa	10.374	3.611	
	15.610	8.779	
Credito tributário passivo			
Exclusão temporária do PERT	(19.922)	(18.722)	
Valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído - CPC 27)	(19.819)	(20.376)	
	(39.741)	(39.098)	
Passivo líquido não circulante	(24.131)	(30.319)	

Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais:

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados e estão apresentados pelo seu valor líquido no passivo.

Os resultados obtidos com a adesão ao "Parcelamento Especial de Regularização Tributária" (PERT) foram excluídos temporariamente no Cálculo do Lucro Real respaldado por entendimento dos assessores jurídicos da Companhia.

Os efeitos oriundos da "mais valia" do ativo imobilizado da Companhia ocorrido no ano de 2010 conforme facultado pela adoção inicial da Lei 11.638 e CPC 27 – Ativo Imobilizado estão sendo tributados conforme a sua realização mediante a depreciação.

Prazo estimado de realização:

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 29.864 (R\$ 10.152 em 31/12/2017) e base negativa de contribuição social em um total de R\$ 32.311 (R\$ 11.932 em 31/12/2017), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 7.466 (R\$ 2.538 em 31/12/2017) e CS diferido de R\$ 2.908 (R\$ 1.073 em 31/12/2017). A realização destes créditos encontra-se suportada por estudos elaborados pela Administração. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 10 anos, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371. A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

	Estimativa compensação		
Ano	Controladora e Consolidado		
2019	2.178		
2020	2.386		
2021	2.733		
2022	1.556		
2023	1.521		
Total	10.374		

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	12.298	42.764		
IR/CS a alíquota nominal de 34%	(4.181)	(14.540)		
(Exclusões) / Adições				
Diferenças permanentes*	4.132	-		
Outras diferenças	-	2.424		
IR/CS apurado	(49)	(12.116)		
Tributos correntes	-	-		
Tributos diferidos	1.075	(12.116)		
	1.075	(12.116)		
Alíquota fiscal efetiva:	18%	28%		

^{*} As diferenças permanentes no valor de R\$ 4.132 são compostas das movimentações oriundas da: i) Lei do Bem e do ii) Regime Especial do ICMS os quais não compuseram a base de constituição de IR e CS diferidos da Companhia. O Regime Especial do ICMS foi reconhecido contabilmente através da Lei Federal 160/2017 que alterou o artigo 30 da Lei 12.973/14, porém somente em Julho/18 o governo do Estado de SC apresentou ao CONFAZ o Certificado de Registro e Deposito – SE/CONFAZ nº 32/2018 tornando assim válido o efeito em SC para que sendo o crédito contabilizado como Subvenção Governamental não fazendo mais parte da base de cálculo do IRPJ e CSLL.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social:

Na AGO/E de 26/04/2018 foi aprovada por unanimidade o aumento do Capital Social, mediante a capitalização do saldo de lucros a destinar, sendo emitidas 20.250.000 (vinte milhões duzentos e cinquenta mil) novas ações, a título de bonificação, passando o capital social a ser constituído de 22.500.000 (vinte dois milhões e quinhentos mil) ações, sendo 9.750.000 (nove milhões setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias e 12.750.000 (doze milhões setecentos e cinquenta mil) ações preferenciais, escriturais sem valor nominal, perfazendo um capital social no valor de R\$ 39.540 (2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal, montando R\$ 17.264 em 31 de dezembro de 2017).

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 100.000 ou até o limite de 30.000 milhões de ações ordinárias e preferenciais.

b) Reservas

i) <u>Legal</u>

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Saldo R\$ 2.960 em 31 de dezembro 2018.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Participação estatutária dos administradores

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista no artigo 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" após a linha do Imposto de Renda.

iii) Lucros a distribuir

Foi deliberado na AGO no dia 26 de abril de 2018 a destinação do saldo remanescente dos lucros acumulados de 2017. Aprovado a proposta de aumento de Capital Social no montante de R\$ 22.275 com a emissão de 20.250.000 (vinte milhões e duzentos e cinquenta mil) novas ações à título de bonificação. Essas novas ações emitidas serão distribuídas de forma gratuita e beneficiarão os acionistas proporcionalmente à participação acionaria detida anteriormente à bonificação, não acarretando a diluição de quaisquer acionistas.

Para 2018, o saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 9.045, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em 30 de abril de 2019.

A administração da Companhia proporá a AGO que o saldo da reserva de lucros a distribuir seja destinado à reservas de subvenções (no valor de R\$ 4.909) e o restante para aumento de capital (no valor de R\$ 4.136), mediante capitalização dos referidos lucros, aumento que se realizará sem emissão de novas ações, com base no caput e no §1° do artigo 169 da Lei 6.404/76.

c)Destinação do Resultado

A decomposição das reservas, destinações e lucros a distribuir segue abaixo:

Participação e Reservas

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	12.249
Participação dos administradores (10%)	(1.225)
Base da Reserva Legal	11.024
Reserva legal (5%)	(551)

Composição do Lucro Remanescente para Destinação

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	12.249
(+) Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.587
(-) Participações dos Administradores	(1.225)
(-) Reserva legal	(551)
Lucro após as destinações obrigatórias	12.060
(-) Dividendos propostos	(3.015)
Lucros a Destinar	9.045
Sendo:	
Reservas para subvenções	4.909
Aumento de capital	4.136

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Conforme item 4.2.2 do relatório da proposta da Administração a ser aprovado em AGO no dia 30 de Abril de 2019, o montante de dividendos indicado será de R\$ 3.015.

d) Resultado por Ação:

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas			
Preferencialistas Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas	6.569	18.079	
ordinárias	5.680	12.569	
	12.249	30.648	
Média ponderada de ações			
Preferencialistas *	12.750.000	1.275.000	
Média ponderada de ações ordinárias *	9.750.000	975.000	
	22.500.000	2.250.000	
Resultado básico e diluído por ação			
Ação preferencial	0,5152	14,1799	
Ação ordinária	0,5667	12,8909	

Valores pós AGO/E de 26/04/2018, onde foi feita a Bonificação de Ações.

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

e) Outros resultados abrangentes:

É a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um exercício que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

19. Partes relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme seque.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

a) Garantias:

Em garantia aos empréstimos bancários firmados pela Companhia até 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças até o limite de R\$ 60 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 59,8 milhões (R\$ 52 milhões em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro 2018, a Companhia já pagou aos avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 645 (R\$ 310 em 31 de dezembro de 2017), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da administração:

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um outro Diretor. Os membros da Administração fizeram jus à remuneração de R\$ 3.536, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 558 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 4.094 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.086 em 31 de dezembro de 2017).

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós-emprego.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro 2017, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

		Contro	oladora			Conso	lidado	
	Valor C	Contábil	Valor de	Mercado	Valor C	ontábil	Valor de	Mercado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.929	1.394	1.929	1.394	1.929	1.394	1.929	1.394
Aplicações financeiras	3.657	-	3.657	-	3.657	-	3.657	-
Contas a receber de clientes	46.272	36.729	46.272	36.729	46.272	36.729	46.272	36.729
Fornecedores	15.412	13.693	15.412	13.693	15.412	13.693	15.412	13.693
Financiamentos e empréstimos	82.208	54.450	82.208	54.450	82.208	54.450	82.208	54.450

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

a) Riscos financeiros:

Riscos de moeda estrangeira: Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida: Estes riscos são oriundos da possibilidade de a Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

b) Riscos operacionais:

Risco de crédito: Advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco.

21. Receita líquida

		Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017		
Receita bruta	275.674	193.714		
Impostos	(21.072)	(17.770)		
Devoluções e abatimentos	(4.325)	(5.280)		
Ajuste a valor presente - AVP	(3.316)	(2.257)		
Receita operacional líquida	246.961	246.961 168.407		

22. Despesas por natureza

	Controladora e Consolidado			
Custo	31/12/2018		31/12/2017	
Insumos diretos	(67.292)	34,3%	(46.667)	33,8%
Materiais indiretos	(13.678)	7,0%	(8.478)	6,2%
Custos com pessoal	(67.054)	34,2%	(48.453)	35,1%
Serviços de terceiros	(12.327)	6,3%	(9.119)	6,6%
Outras despesas	(35.953)	18,2%	(25.185)	18,3%
Total dos custos	(196.304)	100%	(137.902)	100%
			_	
Despesas com vendas	31/12/2	2018	31/12/2	2017
Comissões	(7.329)	36,7%	(4.280)	36,0%
Fretes	(5.424)	27,2%	(3.705)	31,2%
Materiais	(56)	0,3%	(44)	0,4%
Mão de obra	(2.952)	14,8%	(1.753)	14,7%
Serviços de terceiros	(620)	3,1%	(432)	3,6%
Outras despesas	(3.576)	17,9%	(1.674)	14,1%
Total das despesas com vendas	(19.957)	100%	(11.888)	100%

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas administrativas	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	(523) 2,9%	(341) 2,4%
Mão de obra	(5.238) 28,7%	(4.364) 30,1%
Honorários com encargos	(4.094) 22,5%	(3.086) 21,3%
Serviços de terceiros	(4.146) 22,8%	(2.951) 20,3%
Outras despesas	(4.223) 23,1%	(3.757) 25,9%
Total das despesas administrativas	(18.224) 100%	(14.499) 100%

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

		Controladora e Consolidado		
	31/12/2018 31/12/2			
Outras receitas				
Receitas extraordinárias (a)	7.562	55.997		
Outras receitas (b)	3.711	7.682		
	11.273	63.679		
Outras despesas				
Despesas extraordinárias (a)	- (13.158)			
Outras despesas (b)	(3.023)	(6.529)		
	(3.023)	(19.687)		

As principais movimentações reconhecidas à rubrica de outras receitas e despesas refere-se a:

- (a) Para 2018 na rubrica receita receitas/despesas extraordinárias, os valores de maior relevância estão os efeitos líquidos do processo Regime especial ICMS sobre os efeitos na base calculo IR/CS. Em 2017 são os registros dos efeitos acumulados com a adesão do PERT referente as reduções de juros/multas/encargos.
- (b) Para 2018 na rubrica outras receitas/despesas, os valores de maior relevância são compostos pelos efeitos do reintegra e efeitos das movimentações das ações da Eletrobrás. Em 2017 em sua maior parte pelos efeitos líquidos (venda custo atribuído) da alienação de terrenos, em especial relativo a venda de parte do terreno de Barra Velha.

24. Receitas e (despesas) financeiras

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	233	97
Ajustes a valor presente - AVP	2.233	1.837
Variação cambial ativa	811	203
Outras receitas	685	857
Total	3.962	2.994
Despesas financeiras		
Encargos	(8.915)	(4.579)
Juros incorridos Impostos	(1.621)	(2.818)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Variação cambial passiva	(1.288)	(943)
Total	(11.824)	(8.340)
Despesas financeiras, líquidas	(7.862)	(5.346)

25. Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- a) Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- b) Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única e;

Segregamos para análise a receita de dois clientes do segmento denominado repetitivo representam, individualmente, mais de 10% do total da receita líquida, localizado no mercado nacional e internacional, mais especificamente na América do Norte.

Informação da receita líquida – distribuição geográfica:

	Fundidos de Aço – Acumulado 2018		Fundidos de Aço – Acumulado 2017			
	Sob			Sob	_	
	Repetitivos	Encomenda	Total	Repetitivos	Encomenda	Total
Nacional	105.744	26.990	132.734	79.638	28.218	107.856
América Latina	-	3.451	3.451	251	5.571	5.822
América do Norte	68.840	33.033	101.873	41.085	5.211	46.296
Europa e Ásia	1.086	7.817	8.903	363	8.070	8.433
Total	175.670	71.291	246.961	121.337	47.070	168.407

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como responsabilidade civil, lucros cessantes e demais coberturas, como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada (mil)	Vigência até
Responsabilidade civil administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/04/2019
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	Roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	250	20/05/2019
Vida colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de colaboradores	Até 215 por colaborador	01/10/2019

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Transporte internacional importação	Seguro de transporte ref. importação de mercadorias	Conforme valor NFs/Faturas/Invs.	31/08/2019
Responsabilidade civil geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	6.900	20/08/2019
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	70.550	20/05/2019
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	94.000	20/05/2019
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2019
Responsabilidade civil ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	3.000	03/08/2019

A cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros, portanto, não foi escopo de avaliação por parte de nossos auditores.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o Capítulo V do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras Anuais, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua íntegra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação no dia 27 de março de 2019.

Carmen Vetter Werner Presidente Valmir Osni de Espindola Vice-Presidente Eduardo Vetter Conselheiro

Membros do Conselho de Administração

Débora de Souza Morsch Conselheira

Marco Antonio Werner Conselheiro